

Comissão de Trabalho e Segurança Social

SÚMULA DA AUDIÇÃO

Data: 13 de dezembro de 2023

14H00

Iniciativa: Associação Salvador e outros

Assunto: Petição n.º 215/XV/2.^a – «Pela alteração do Regime da Acessibilidade aos Edifícios e Estabelecimentos (Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto)»

No dia 13 de dezembro de 2023, pelas 14 horas, a Senhora Deputada Carla Madureira (PSD), na qualidade de relatora da petição *supra* identificada, juntamente com a Senhora Deputada Marta Freitas (PS) e os Senhores Deputados Jorge Galveias (CH) e Alfredo Maia (PCP), recebeu em [audição](#) os peticionários da petição em epígrafe: Salvador Mendes de Almeida e Joana Gorgueira, em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 21.º da Lei n.º 43/90, de 10 de agosto, alterada pelas Leis n.º 6/93, de 1 de março, n.º 15/2003, de 4 de junho, n.º 45/2007, de 24 de agosto e pela Lei n.º 51/2017, de 13/07, que a republicou, e ainda pela Lei n.º 63/2020, de 29 de outubro (Lei do Exercício do Direito de Petição). Depois de os cumprimentar, e de ter lamentado o atraso provocado pelo não funcionamento das plataformas elevatórias disponíveis no edifício, que levaram a que a audição se iniciasse com significativo atraso e se realizasse na sala 7, e não na sala 2 como inicialmente previsto, a Senhora Deputada relatora propôs-se ouvi-los, em nome da Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão (CTSSI), sobre os motivos que fundamentavam a apresentação da petição.

O representante da primeira peticionária, **Salvador Mendes de Almeida**, confessou-se muito triste por constatar que o edifício do Palácio de São Bento não estava preparado para receber pessoas com deficiência, acrescentando que se deslocava em cadeiras-de-rodas há 25 anos e que ser obrigado a esperar era o que acontecia a estes cidadãos no dia-a-dia (pais que levavam os filhos à escola, ao centro de saúde ou a outros locais sem acessibilidades ou acessibilidades insuficientes, e que demoravam horas a chegar ao local de trabalho), que estavam cansados de tantas promessas por cumprir, já que poucos partidos trabalhavam esta matéria de forma séria e consistente. Isto posto, recordou o trabalho desempenhado pelas pessoas da Associação Salvador (e das demais associações representativas), que por ora



comemorava 20 anos de existência, tendo sensibilizado mais de 500 empresas e constatando que a abertura de vagas para pessoas com deficiência não se traduzia necessariamente em igualdade de oportunidades. Por conseguinte, apelando a um esforço de todos os partidos na implementação da lei e também a que pudessem ser revistas as plataformas e os elevadores do Parlamento, assinalou que as autarquias tinham responsabilidade de fiscalizar os edifícios privados, concluindo que as pessoas com deficiência eram mais de um milhão em Portugal (50 milhões na Europa) e que queriam poder visitar, ir a um restaurante ou ao teatro, reportando-se ainda aos medalhados no âmbito do desporto adaptado.

Foi de seguida passada a palavra a **Joana Gorgueira**, também da Associação Salvador, que questionou se o Palácio de São Bento estaria preparado para receber uma pessoa cega ou surda, acrescentando que a resposta teria de ser pensada em função do tipo de deficiência. Por outro lado, também as autarquias tinham um papel importante, na fiscalização do espaço público e dos edifícios privados, alertando para a subsistência de entidades fiscalizadoras sem formação, que deveriam ser especializadas.

A este respeito, o representante da primeira petionária, **Salvador Mendes de Almeida**, lembrou que o último Governo criara uma estrutura para dar essa formação, sendo ainda assim muito importante a intervenção do Parlamento na sensibilização das autarquias, face à pouca preparação que se constatava em concreto, e perguntando ainda pelos incentivos que as câmaras municipais podiam dar aos privados, explicando que pretendiam a uniformização dos selos que eram atribuídos pelas autarquias.

De novo no uso da palavra, **Joana Gorgueira** realçou a importância da legislação, enquanto **Salvador Mendes de Almeida** evocou a consagração do Dia Nacional das Acessibilidades.

Terminada a intervenção inicial dos petionários, e depois de a Senhora Deputada relatora ter reiterado as suas desculpas pelo incidente ocorrido, foi dada a palavra aos Grupos Parlamentares, em primeiro lugar à Senhora Deputada **Marta Freitas (PS)**, que se referiu às barreiras enfrentadas pelas pessoas com deficiência como uma questão de direitos humanos e que o que acontecera antes daquela audição se tratava de um exemplo a não repetir, já que havia acessibilidade, mas não a suficiente. Frisou ainda a relevância de ter sempre consciência da evolução ocorrida em termos tecnológicos, sendo importante acompanhá-la, o que nem sempre acontecera com a legislação, e que não podiam ficar totalmente descansados com a que se encontrava atualmente em vigor. Sem prescindir, fez ainda alusão à Estrutura de Missão 2020-2023, que desenhou um plano para as acessibilidades, assim



como indagou sobre a mais-valia da eventual criação de um grupo de trabalho na área social e da saúde, tal como preconizado no texto da petição e, no campo da fiscalização, sobre o que podia ser feito para promover a proximidade e reforçar os direitos de todos.

Seguidamente, usou da palavra o Senhor Deputado **Jorge Galveias (CH)**, que classificou o exemplo daquele dia como «vergonhoso», podendo ser dado o exemplo de outros edifícios, mas não da Assembleia da República, e pedindo desculpa pelo sucedido. Quanto ao mais, defendeu que a pasta da Inclusão do Governo pouco ou nada fizera neste domínio, e que muito pouco poderia ser feito até ao início da próxima Legislatura, devendo trabalhar-se durante as férias para tentar apresentar soluções, a fim de potenciar a inclusão das pessoas com deficiência motora, mas não só. Concluiu renovando a disponibilidade para trabalhar com todos os partidos e com as pessoas com deficiência e seus representantes.

Posto isto, tomou da palavra o Senhor Deputado **Alfredo Maia (PCP)**, que subscreveu o pedido de desculpas, considerando o episódio extremamente embaraçoso e que provava que pouco ou nada tinha sido feito neste campo. A este propósito, citou um exemplo de um Deputado com deficiência a uma Assembleia Municipal do distrito do Porto que, em função da impreparação do local, se via obrigado a intervir na retaguarda e não na tribuna, como era seu direito, salientando que os obstáculos se verificavam em edifícios públicos e privados, e acrescentando que fora aprovada no âmbito orçamental uma medida para a remoção de barreiras, mas que depois o Governo do Partido Socialista não alocara verba para o efeito. Destarte, reforçou a necessidade de atuar em dois sentidos, quer no que diz respeito às pessoas com deficiência, quer quanto às suas famílias.

Por último, interveio a **Senhora Deputada Carla Madureira (PSD)**, neste momento em representação do seu Grupo Parlamentar, agradecendo o trabalho meritório desenvolvido em prol das pessoas com deficiência para todo o tipo de incapacidades, lamentando que nem todas pudessem viver com a dignidade que mereciam e salientando alguns dos avanços que já foram dados mas que ainda há um muito para trabalhar em muitas áreas, tal como na garantia do cumprimento, por parte do Governo, das quotas de acesso ao emprego para pessoas com deficiência.

Findas as intervenções dos Grupos Parlamentares, o representante da primeira peticionária, **Salvador Mendes de Almeida**, pediu um sinal de união, já que esta era uma causa comum a todos os partidos e que, se muita coisa já havia sido feita, ainda queriam fazer mais. Repetiu que as condições mais importantes eram as acessibilidades, ressaltando que em alguns



casos se esperava mais de um ano pela adaptação dos equipamentos e edifícios, com vidas em suspenso, e que acabava por custar mais caro ao Estado reintegrar estas pessoas. Cabia assim à Assembleia da República exercer esta pressão, indicando que as cadeiras de rodas agora utilizadas eram totalmente diferentes.

Foi então concedida a palavra à peticionária **Joana Gorgueira**, que rematou mencionando que o Instituto Nacional para a Reabilitação (INR) só dava respostas perante reclamações, exortando a uma maior fiscalização, e também a que o supramencionado grupo de trabalho assumisse uma dimensão eminentemente prática, salientando que se deveria pensar nas acessibilidades das pessoas que usam os espaços e os edifícios, mas também das que os visitam.

No final, a Senhora Deputada relatora agradeceu novamente a presença e a colaboração dos peticionários, sublinhando que era de audições como esta que o trabalho devia ser feito, tendo em vista a promoção da dignidade e da qualidade de vida das pessoas com deficiência, e informando que a petição seguiria os seus trâmites normais, com a apresentação e votação do relatório em Comissão e posterior agendamento do debate em Plenário.

A audição foi registada em suporte [áudio](#) e [vídeo](#), pelo que se dispensa o seu desenvolvimento mais aprofundado nesta sede.

Nada mais havendo a tratar, a audição foi encerrada às 15 horas e 10 minutos.

A DEPUTADA RELATORA

Carla Madureira